

Mudanças na madrugada: a presença do acontecimento e a tessitura da ordem

*Danielle R. Brasiliense**
*Marialva Carlos Barbosa***

Este artigo pretende explorar a relação entre a produção do acontecimento midiático e a construção de identidades no caso específico da Chacina da Candelária, ocorrido em 23 de julho de 1993. A partir desse foco inicial, analisaremos a narrativa jornalística de O Globo e a maneira pela qual este veículo traduz a realidade para seus leitores, observando, principalmente, como esta mídia gerencia os conceitos do senso comum. Alguns questões nortearam a reflexão: como é tecido inicialmente o acontecimento denominado "Chacina da Candelária"? O que estamos entendendo por acontecimento? Como o jornal constrói as narrativas a partir da figuração do senso comum?

Acontecimento mediático, identidade, narrativa jornalística, senso comum

This article intends to explore the relation between the production of the mediatic event and the construction of identities in the specific case of the "chacina da

* Graduada em Jornalismo e mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF, onde desenvolve pesquisa sobre o caso "Chacina da Candelária" no jornal O Globo, na perspectiva das reatualizações memoráveis produzidas pela mídia. A pesquisa é orientada pela Prof. Dra. Marialva Barbosa.

** Doutora. em História/UFF, professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense/UFF.

Candelária”, occurred in 23 of July of 1993. I intend to explore the narrative journalistic of O Globo, and the way for which this vehicle translates the contradiction of the reality for its readers, observing, mainly, as this media manages the concepts of the daily life, or the common sense. This work intends to answer to some questions: how is constructed initially the event “chacina da Candelária”? What we are understanding for event? How the periodical constructs the narratives of the common sense?

Event, media, identity, journalistic narrative, common sense

Este artículo se prepone explorar la relación entre la producción del acontecimiento mediático y de la construcción de identidades en el caso específico del “chacina da Candelária”, ocurrido en 23 de julio de 1993. Busco explorar la narrativa periodística de O Globo, y la manera pela cual este vehículo traduce la contradicción de la realidad para sus lectores, observando como los medios manejan el sentido común. Este trabajo se prepone contestar a algunas preguntas: ¿cómo es construido inicialmente el acontecimiento del “chacina da Candelária”? ¿Qué estamos entendiendo para el acontecimiento? ¿Cómo el periódico construye las narrativas del sentido común?

Acontecimiento mediático, identidad, narrativa periodística, sentido común

Cet article a comme but la relation entre la production de l'évènement médiatique et la construction de l'identité dans le cas connu comme « Chacina de la Candelária », qui a eu lieu a 23 juillet 1993. La narratif journalistique de O Globo et la manière comme il a fait la traduction de la réalité pour le publique est l'objet de cette analyse. Quelques questions ont dominé la réflexion : Comme l'évènement Chacina de la Candelária a été construite ? Qui est-ce que l'évènement ? Comme le journal a construit les narratives dès du sens commun ?

Evènement médiatique, identité, récit journalistique, sens commun

Introdução

Perplexidade e sensação de novidade. Essas foram as emoções que tomaram conta de boa parte dos brasileiros que assistiram à reportagem do programa *Fantástico* da Rede Globo, no dia 19 de março deste ano. Mesmo com todas as críticas que possam ser feitas acerca da espetacularização que teria motivado a sua exibição, o documentário "Falcão: meninos do tráfico" inaugura, no imaginário coletivo, principalmente da classe média, um novo momento para se pensar a juventude que foge aos padrões convencionais da ordem no Brasil.

O envolvimento dos menores no tráfico de drogas não é novidade para a maioria da população brasileira, especialmente, para os cariocas que convivem cotidianamente com movimentos de violência que envolve policiais e traficantes, nas maiores comunidades e favelas da América Latina (ainda que, neste documentário especificamente, os menores tenham sido apresentados como vítimas sociais, o que nem sempre acontece nas suas representações midiáticas). Havia pouquíssimos dias, inclusive, em que o Exército deixara de ocupar os morros em busca de armas supostamente roubadas pelo tráfico do Rio de Janeiro.

Embora seja ambígua a idéia de *novidade* causada pela apresentação do documentário no programa *Fantástico*, as imagens exibidas marcam, de certa forma, a sociedade, como uma espécie de ruptura *acontecimental*, em um momento em que a violência é o tema dominante. Hoje, quando as pessoas ouvem falar em "Falcão", automaticamente lembram de imagens de menores que trabalham no tráfico de drogas, como foram mostradas no documentário.

Ao mesmo tempo em que os jornais mostram todos os dias a realidade dos jovens envolvidos com a criminalidade, a televisão exhibe, em horário nobre, imagens inéditas que marcam um determinado momento da história da violência, mesmo que seja um assunto já conhecido. A mídia, assim, legitima o novo.

Este novo nada mais é do que um marco que se estabelece na memória da sociedade sobre determinado assunto que se apre-

senta como novidade. Os menores que aparecem armados são apresentados como vítimas do descaso público com a educação e são caracterizados como sujeitos típicos da miséria desordenada. Porém, por mais que essas imagens tenham chocado boa parte da população, em pouco tempo as sensações de inconformismo, desespero, compaixão ou qualquer outra que se produza em relação à realidade dos menores que trabalham no tráfico são diminuídas no momento em que as informações sobre ocorrências diárias de assaltos, balas perdidas ou seqüestros lembram o lugar dos menores, que, para essa consciência coletiva, ocupam um lugar da desordem. Embora a história dos menores traficantes sensibilize a maior parte da sociedade, quando se inaugura uma espécie de novidade sobre a realidade, esses menores são sujeitos cristalizados no mundo da ordem social, são ditos pelo discurso coletivo como seres dignos de morte.

Essa relação ambígua construída por uma novidade, ou uma ruptura acontecimental, pode ser percebida também em um caso que marcou a história de violência contra menores no Brasil, o da Chacina da Candelária. Em 1993, este fato foi marcado por uma ruptura acontecimental, onde as relações ordenadas pela segurança pública e pela sociedade de um modo geral entram em contradição, a partir do momento em que os menores, tidos como "monstros sociais", se tornam vítimas de um assassinato coletivo e premeditado.

Embora a sociedade, na época, tivesse conhecimento da existência de menores que viviam nas ruas, do perigo que corriam, das agressões que sofriam, do que faziam por lá (furtos, confusões) ou por que lá estavam, a chacina veio, como uma novidade, "dar na praia, na qualidade rara de sereia", como cantou Gilberto Gil. A novidade rara só é reconhecida e legitimada a partir do momento em que a situação dos menores ganha maior visibilidade com a morte coletiva e quando as operações midiáticas entram em ação. Mas, ao mesmo tempo, até que ponto a importância dessa novidade trágica penetra as relações tradicionais do senso comum? Como a mídia gerencia esses valores arraigados na sociedade, quanto à imagem dos menores moradores de rua?

É importante perceber que, tanto o documentário Falcão este ano, quanto a “chacina da Candelária” em 1993, foram *novidades* gerenciadas pelas representações midiáticas. Neste sentido, seria novidade mostrar, hoje, como foi o trabalho do jornal **O Globo** sobre o caso da chacina da Candelária? O que traria de novidade uma discussão sobre o conceito de acontecimento e suas relações com as narrativas jornalísticas sobre violência?

Para perceber tais questões, precisamos enxergar o acontecimento “chacina da Candelária” não como um fato passado, mas como realidade presente, que é reatualizada cotidianamente nas narrativas midiáticas.

Porém, para pensar a chacina como atualidade, é necessário reconhecer o momento em que ela aconteceu e o que a imprensa construiu sobre este episódio, marco de violência nacional contra menores. O objetivo é perceber como são tratados esses sujeitos sociais, renegados cotidianamente pela maioria da sociedade, no momento em que se transformam em vítimas. Como o jornal informa este acontecimento? De que forma ele trata esses menores? Para isso, escolhemos como suporte da análise empírica matérias do jornal **O Globo**, pela sua importância em função de ser o maior tiragem na cidade do Rio de Janeiro (a tiragem de O Globo aos domingos é de em média 700 mil exemplares e nos dias de semana em torno de 400 mil).

A configuração do acontecimento

Sábado, 24 de junho de 1993, o jornal **O Globo** leva às bancas suas primeiras reportagens sobre o atentado da madrugada do dia 23, contra os menores que dormiam nas proximidades da Praça Pio X, em frente à igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Naquele momento, pouco se sabia sobre o caso. Apurou-se a morte de 7 vítimas, dentre elas pelo menos 50 crianças e adolescentes que foram surpreendidas com tiros disparados por homens encapuzados, enquanto se recolhiam debaixo das marquises. As declarações de sobreviventes e de outros personagens ajudavam a indicar como

suspeitos do crime policiais militares. O retrato falado de um deles é divulgado junto com a história de uma ameaça feita dias antes do acontecimento. Assim, importava narrar, nesta edição, o enredo do assassinato, as mortes, os suspeitos, os sobreviventes, as mães que procuravam seus filhos e as falas das autoridades que se alarmaram com o caso ainda obscuro.

Após o lide, que descreve a ação dos possíveis suspeitos, o repórter apresenta o acontecimento da seguinte forma:

“(…) A chacina da Candelária ocorreu por volta de 1h30m. Os criminosos chegaram em dois Chevettes, um deles com a cor padrão dos táxis e ambos com as placas cobertas por plástico. Sob a marquise dormiam 50 meninos de rua, com idade de 8 e 15 anos. Três homens saíram do carro e perguntaram pelo menino Ruço. Eles mataram quatro menores no local e feriram dois. Um dos feridos morreu no Hospital Souza Aguiar e Marco Antônio da Silva, o Ruço, de 15 anos, está internado em estado de coma”.

Após esse início em que é particularizada na narrativa a ação rápida dos assassinos frente aos menores indefesos – já que dormiam – sob as marquises, a notícia continua presumindo o que poderia ter acontecido e, dessa forma, descrevendo minuciosamente o acontecimento naquela madrugada.

Os mesmos policiais saíram da Candelária e próximo à Praça Mauá renderam L. de 22 anos e os menores Paulinho Escurinho e Gambazinho. Eles foram postos na mala de um dos Chevettes e mortos próximo ao MAM, no Parque do Flamengo. Os dois menores morreram no local, mas L. mesmo baleado no rosto, conseguiu fugir.

Os criminosos usaram pistolas 9 mm para praticar os crimes. Na Candelária, pela ordem foram mortos Rogério Neguinho, Caolhinha (morto com um tiro na cabeça ao correr) e Paulo Roberto Oliveira, o Pimpolho, que completaria 12 anos no próximo dia 3.

- Mata não, moço – implorou Pimpolho, segundo um menor. (...)”¹

O acontecimento “Chacina da Candelária”, apurado pelo jornal **O Globo**, entretanto, não se resume a este relato, sendo um episódio de significados múltiplos construídos por diversas vozes, envolvidas por uma tessitura narrativa que não trata apenas do fato presente. O que o jornal fez foi reportar o que estava em evidência e o que era conhecido até aquele momento. A estória imediata deveria ser informada para a sociedade que já esperava pela notícia. Os relatos escritos logo após o acontecimento são, portanto, aqueles que irão

construir a primeira história. Esta história, embora fundada pelo imediatismo, faz parte de um enlace mais abrangente, construído por um mediador que tece as estruturas plurais existentes em um determinado tempo, envolvido por uma orquestra polifônica. O enlace mais amplo é constituído pelo acontecimento, suas memórias e todo o contexto social que o constitui.

As estruturas do acontecimento não são fixas, pois fazem parte de um elo de herança discursiva que se constrói no decorrer do tempo histórico. Assim, é preciso observar a notícia como sendo algo em que o leitor busca a verdade. Não tendo contato com o fato relatado, pode observar de longe, a partir da narrativa midiática, o acontecimento que é produzido. Por outro lado, a busca pela informação noticiada está ligada à necessidade de estabilidade e segurança sobre a realidade do mundo. Tal sensação de equilíbrio se torna essencial para a construção da história da vida humana que se realiza na rotina do fluxo dos acontecimentos. Os fatos e seus sentidos se transformam em referências temporais que orientam a sociedade. Discutir, portanto, o estatuto do acontecimento se torna fundamental para entender a configuração midiática do episódio “Chacina da Candelária”.

O acontecimento nas teias da contemporaneidade

Neste primeiro momento será necessário desenvolver o conceito de acontecimento a partir de uma série de reflexões e autores. Mas gostaríamos de pontuar, logo de início, que acontecimento não pode ser tomado como sinônimo de fato ou reduzido a um ato, devendo ser pensado dentro de uma lógica bem mais complexa.

Há que se considerar o processo de construção histórica do conceito, cuja dimensão de associação às mídias é a que mais interessa nessa abordagem. Foram as mudanças no espaço e as novas formas de organização das cidades no século XIX que contribuíram para a instauração de nova maneira de obter informação. Diante das transformações urbanas e conseqüentemente sociais da chamada

Modernidade,² o jornalista passa a ser importante mediador simbólico para noticiar os acontecimentos à distância, simplificando, assim, o tempo da informação e a necessidade de saber o que ocorria nos arredores das cidades. A noticiabilidade dos acontecimentos nas cidades modernas encurta as distâncias, produz novas experiências e atende a vontade cada vez maior de conhecer os fatos ocorridos fora do raio de visão do público.

Pensar hoje a construção histórica a partir das notícias e do tempo em que estas são apreendidas na contemporaneidade, onde velocidade e imediatismo fornecem uma espécie de senha para o entendimento de mundo, é perceber mudanças na própria dimensão da consciência histórica. Produz-se uma espécie de ruptura entre os laços fundadores do passado, presente e futuro, já que se vive uma espécie de presente que se estende infinitamente em direção a um futuro indeterminado, improvável e, ao mesmo tempo, ardentemente desejado.

O bombardeio de notícias espetaculares, por outro lado, faz com que o momento ganhe mais importância do que a seqüência do acontecimento. O que acabou de acontecer é apenas mais uma referência dentre muitas outras que se esgotam rapidamente. O caso "chacina da Candelária", por exemplo, embora tenha tido grande repercussão, não durou nas páginas do jornal por muito tempo. O material que será usado para pensar as questões propostas se esgota em no máximo cinco dias. Mesmo reconhecendo a gravidade e seu "ineditismo", a síndrome da novidade é o que interessa para o veículo. Na mídia e, conseqüentemente, na rotina de vida dos seus leitores, as referências históricas se tornam perenes, como se pode também perceber neste caso.

Essa sensação de que os acontecimentos se "desmancham no ar" não deixa tempo para uma crítica mais vigorosa ou para que se tome consciência da realidade presumida. O que sabemos sobre os fatos noticiados é apenas o básico, a estrutura. Philip Schlesinger (1993) no final do seu artigo sobre "Os jornalistas e a sua máquina do tempo" argumenta: "Seria enganoso tentar qualquer argumento determinista, desde a natureza das notícias até a qualidade da nossa

consciência histórica. Não existe aqui nenhuma relação causa-efeito". Apesar disso, para ele, "há uma parcialidade evidente nas notícias contra longo prazo, e é plausível argumentar que, quanto mais tomamos notas das notícias, menos conscientes ficaremos do que está por de trás delas".

Com essas palavras, Schlesinger encerra uma discussão cujo objetivo é demonstrar que a notícia na contemporaneidade apaga, de certa forma, a consciência histórica, por ser construída em curto tempo. Apesar disso, não se trata de dizer que o acontecimento, com seu tempo de duração reduzido, se apague. Na verdade, este ganha outro lugar na lógica de construção da memória, se encontrando, talvez, em suspenso.

A rigor, o que deve ser considerado em um acontecimento é o seu sentido, o que, para Gilles Deleuze (1969), é o seu brilho. Tanto o jornalista como o historiador produzem sentidos na demarcação de um tempo, seja ele informado de modo imediato ou na busca do passado. O acontecimento ganha sentido quando percorre o caminho de associação entre o passado e o presente. O fato do passado - e seu sentido - só é transportado para o presente quando inaugura novo sentido, empurrado e estimulado por um acontecimento. O percurso entre os tempos é feito, portanto, a partir de um rompimento que irá inaugurar um novo sentido, ou seja, um acontecimento. Embora as questões de tempo e a noção de intriga narrativa sejam importantes para compreender o acontecimento, Louis Quéré apresenta um questionamento que vai além dos esquemas estruturais. Quéré se preocupa em conhecer no que consiste o poder hermenêutico do acontecimento. Para tal, o autor se baseia em duas prerrogativas propostas por Hannah Arendt e G. H. Mead sobre a dualidade do acontecimento.

É importante lembrar que Hannah Arendt não considera os textos jornalísticos bases de informação histórica, pois, para ela, eles apenas traduzem suas próprias concepções sobre o espaço público. Mas, ao mesmo tempo, é importante pensar o acontecimento como elemento provocador da descontinuidade, introduzindo condições sociais futuras, e concordar que os discursos são as provas da existência desses marcos históricos ocorridos em algum tempo.

Segundo Quéré, para Arendt, a forma de enquadramento de um acontecimento teria dois pontos de vista diferentes: um correspondente ao entendimento e outro à ação. A rigor, do ponto de vista do entendimento, relacionado à contemplação, o acontecimento se definiria apenas pelo encadeamento entre o seu fim e a causa que o estimulou. Já sobre a ação, Quéré resume desta forma: “o acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica: por um lado ele pede para ser compreendido e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação.” A partir da ação, segundo ele, podemos pensar no acontecimento não apenas como inaugurador de um processo, mas como instância que marca o fim e o começo de outro. O poder de abertura e rompimento do acontecimento e seu posterior poder de esclarecimento é que interessa para Quéré. E por fim ele se pergunta: de onde vem o poder de acontecer?

Os acontecimentos existem por causa de outros acontecimentos, ocupando e mudando o curso da vida humana. Embora o poder da ação para Arendt seja o que desencadeia um acontecimento, para Quéré não basta perceber o ponto inicial, já que se os acontecimentos estimulam reações e respostas, eles “se tornam”. Portanto, “a principal origem da compreensão do acontecimento já está no próprio acontecimento.”. Quéré se propõe a ir além da dualidade ação/conhecimento e tenta superar suas dificuldades a partir de algumas reflexões de Mead, em torno do tempo.

De acordo com Quéré, o tempo para Mead não se constitui por conseqüências, ou provocações, inaugurando o novo de qualquer forma. Embora o acontecimento quando surja indique descontinuidade, ele só pode ser percebido a partir do que é visivelmente contínuo, ainda que neste instante o mundo já não seja mais o mesmo, uma vez que o surgimento do novo provoca sempre alteração significativa de sentidos. O descontínuo é uma aparência que inaugura o novo, portanto o acontecimento é um fluxo harmônico, um resultado de um procedimento passado, seja ele previsto, ou não. No entanto, o acontecimento nunca pode ser conhecido no tempo passado: ele apenas revela o seu próprio passado e inaugura novos momentos.

De qualquer forma, só podemos investigar o passado de um acontecimento quando o acontecimento surge.

Quando a chacina da Candelária acontece, temos um caso de descontinuidade. Essa impressão só se reduz a partir do momento em que se busca no tempo passado sua continuidade. Essa busca, tributária de uma idéia de naturalidade - uma vez que já ocorreu algo semelhante -, pode ser feita por análises de contextos similares ao acontecimento, ou seja, outras chacinas e morte de crianças, ou pela própria reconstrução do fato.

Mas se compreender o acontecimento, portanto, seu poder de inaugurar determinados momentos, requer olhar para o próprio acontecimento, importa, aqui, analisar a narrativa deste acontecimento. No caso do jornal **O Globo**, o acontecimento foi reconstruído pela tentativa de descrição minuciosa do próprio incidente. Ao mesmo tempo, a notícia produziu uma espécie de aproximação com assuntos passados, enfocando meninos de rua, voluntários que ajudavam a entregar agasalhos e instituições que patrocinavam distribuição de alimentação. Da mesma forma, a chacina da Candelária, o acontecimento em si, é cultuado hoje na história da violência no Brasil como o fato que inaugura a morte coletiva de crianças e adolescentes. Existe sempre a recuperação da sua memória, quando novos acontecimentos similares eclodem na cena midiática. Isso foi o que ocorreu, por exemplo, no caso do seqüestro do ônibus 174 ³.

Para entender de onde vem o poder que coloca a chacina da Candelária no lugar de acontecimento fundador, é necessário compreender a relação deste acontecimento com os significados narrativos que lhe foram atribuídos. Louis Quéré coloca a questão da pregnância de valores dada pelos sujeitos aos fatos como um dos problemas para revelar o que é um acontecimento. Quando o acontecimento eclode e o descrevemos, temos um conjunto de elementos para avaliar. Mas cada um deles diz respeito a nossa própria participação. Diz ele: "São relativos ao que nós somos, às nossas capacidades e ao nosso sentido do possível, à maneira como somos afetados e ao nosso poder de resposta, aos nossos hábitos e à nossa sensibilidade. Tudo coisas que são sociais".

Desta forma, configuram-se em função do que “lhe fazemos, da forma como lhe respondemos e como deles nos apropriamos”. Mas Quéré adverte que o nosso poder de ação sobre o acontecimento é limitado, pois como passado não temos o poder de o modificar, de fazer com que ele não tenha se produzido daquela forma. “O que aconteceu, aconteceu”.

Assim, para avaliar algum tipo de conduta ou relação com os acontecimentos, é preciso dirigir o olhar para quem o anunciou. A preocupação do pesquisador francês em pensar o poder hermenêutico do acontecimento está ligada à ordem, ou melhor, à possibilidade de organizá-lo em uma teia discursiva. Modificar o acontecimento literalmente é impossível, já que não há possibilidade de volta para o passado. Mas a construção que se faz na narrativa pode modificar muito a experiência observada e seu percurso na história. Portanto, se a maior responsável pela noticiização do acontecimento hoje é a mídia, devemos investigar seu poder de ação sobre os fatos.

Para Maurice Mouillaud (2002), os acontecimentos são sempre revestidos pela forma da informação. O acontecimento, neste sentido, não seria visto como uma mera representação dada pelo jornal, nele não haveria um pleno *status* “realista”, mas um modelo de informação que o impregna e o coloca em lugar de *fato*. As formas de modelos retóricos são usadas para transformar o acontecimento em informação. Mouillaud observa que os modelos que se ajustam para que um acontecimento se transforme em informação são procedentes de um paradigma factual. Esse paradigma supõe que nem todas as coisas foram experimentadas, embora tenham sido enunciadas. Para Mouillaud, o *fato* é como um envelope, um modelo que encapa e embute a experiência do acontecimento, e a permite circular sob a forma padrão da informação. Mas para que ganhe tal movimento, a experiência é fragmentada, enquadrada em uma moldura, pois, assim, fica mais fácil garantir, segundo Mouillaud, a conservação da informação e de sua identidade no tempo.

Mouillaud defende a idéia de que seria impossível apreender um acontecimento na sua totalidade e, conseqüentemente, fazê-lo conhecido ou lê-lo. Para que um acontecimento seja conhecido, é

necessário fragmentá-lo em diversas cenas "*monossêmicas*", ou seja, aquelas que partem de um ponto e vão para uma determinada direção. Neste sentido, enfatiza Mouillaud : "o que se chama acontecimento, não pode sequer ser encarado como uma soma de micro-acontecimentos, mas sim, como uma dinâmica inesgotável de apreensões". Pensando desta forma, o autor se apóia na idéia de polifonia do filósofo lingüista Mikhail Bakhtin para perceber o acontecimento como uma pluralidade de ocorrências parciais.

Refletindo sobre o enquadramento de um acontecimento, visto sob a forma de fragmentação temporal, há que pensar no caso da Candelária como uma ocorrência múltipla. As primeiras reportagens do jornal **O Globo**, por exemplo, começam narrando como policiais armados abordaram menores que dormiam debaixo das marquises e se fecham com a narrativa da morte dos meninos, ou das mães que os procuravam, ou dos depoimentos dos policiais. Mouillaud diz que para criar o acontecimento é necessário proceder entre a "montante e jusante" da narrativa e, desta forma, permanece sob limites espaciais e temporais. O enquadramento do jornal, por razões que conhecemos a partir do pensamento de Mouillaud, se movimenta sempre por esse fluxo de multiplicidade por modelos de informação.

A partir da análise de Pierre Nora (Nora, 1984) sobre "os acontecimentos monstruosos", Érik Neveu e Louis Quéré (Neveu e Quere, 1996) pensam o acontecimento moderno como fato que só pode ser assegurado pelos meios de comunicação. A partir do que chamam "événementialité"⁴, para Neveu e Quéré os meios de comunicação de massa são responsáveis por gerar acontecimentos monstros. Para além da lógica de funcionamento de cada mídia (que irá ter suas próprias afinidades com os acontecimentos), os meios de comunicação tendem a alimentar uma insaciável fome de acontecimentos sociais. Existe, portanto, a insistência em fabricar sempre o novo e instalar um grande sistema de detecção de tudo o que se pode prender a atenção do público. Segundo os autores, existe uma constante produção de acontecimento, mas isso não quer dizer que se criem acontecimentos artificiais. Nora diz que o que se produz é uma "événementialité" do novo.

A discussão proposta por Neveu e Quéré mostra que o acontecimento moderno não é mais usado pela sua historicidade, pelo seu passado, sua significação exemplar ou pelo seu valor de fundamentação. Os acontecimentos se aproximam do *fait divers*, assim como conceitua o semiólogo francês Roland Barthes (1965): uma informação geral de interesse público transformada em drama, ou melhor, uma forma narrativa que seja chocante, escandalosa ou esteja próxima do ineditismo. Esta prática de espetacularização da notícia, que projeta o acontecimento para o público, segundo ele, contribui para a libertação do imaginário das massas. O objetivo da imprensa ao se apropriar do *fait divers* é, segundo alguns autores, exatamente entreter e divertir a sociedade de massa. Para Quéré e Neveu, os acontecimentos se teatralizaram. Uma das características próprias deste tipo de acontecimento é de acontecer frente à cena pública, e nunca em um momento em que não estejam presentes o repórter e o telespectador. Estes acontecimentos, segundo eles, precisam ser vistos, enquanto se fazem.

Os meios de comunicação fabricam os acontecimentos que se tornam públicos. Só são selecionadas ocorrências que pareçam merecer, por diversos motivos, visibilidade como fatos notáveis, que chamam a atenção do leitor. A imprensa extrai um acontecimento, a partir de seus critérios hierárquicos ou atribuições próprias de importância, de valor ou pertinência sobre determinado assunto. É seguindo esse pensamento que Quéré e Neveu pensam o acontecimento como uma construção midiática.

A hermenêutica da narrativa esclareceu e criticou os postulados ontológicos que se ligaram à questão da construção dos acontecimentos, como comenta Neveu e Quéré. Paul Ricoeur correlaciona acontecimento e narrativa por meio da intriga. O desenvolvimento da intriga, portanto, é importante para pensar a questão do acontecimento, como construção, narrado pela mídia. Neste sentido, podemos dizer que **O Globo** não seria só um lugar de reconhecimento do episódio da Candelária, mas também de busca por respostas a questionamentos sobre o caso, funcionando como organizador das múltiplas vozes envolvidas neste debate. Noticiar o acontecimento

é, portanto, apresentar informações selecionadas que geram formas diferentes de compreender a ocorrência, reforçando estereótipos ou provocando novas leituras sobre formas naturalizadas do mundo.

O senso comum e a instauração da ordem midiática no acontecimento.

Falar em acontecimento produzido pela mídia é, em última instância, como vimos a partir dos autores enunciados no item anterior, se referir à produção de significados a partir das presunções do senso comum.

O poder de revelação do acontecimento, dado por um mediador como o jornal, contém uma autoridade mundana, onde sua objetividade em pronunciar os fatos e suas técnicas de ordem se misturam a esta composição do sistema cultural, que se baseia, como mostra Clifford Geertz (1997), em crenças consolidadas. A proclamação da experiência, ao mesmo tempo em que reafirma, provoca e retifica estereótipos e normaliza preconceitos, também empobrece determinadas experiências.

O fio condutor que interligaria os acontecimentos do presente a outros semelhantes ocorridos no passado por um lado produz a banalização da experiência, por outro induz o público a digerir com mais facilidade aqueles temas que fazem parte do seu cotidiano. Afinal, a existência de eventos semelhantes no passado induz a pensar que a realidade se repete em um contínuo, formando uma espécie de capa protetora, já que há uma naturalização de seus efeitos perversos. Outra contribuição para tal banalização se dá pela lógica da instantaneidade. Quanto maior for o bombardeio de notícias e a rapidez com que elas aparecem na mídia, mais naturalizados serão os acontecimentos⁵.

A naturalização dos fatos contribui também para a afirmação da imagem dos sujeitos sociais a partir do senso comum. O problema está na dificuldade do leitor de entender o que é contraditório por já estar impregnado pelas experiências comuns. Tratar a realidade de forma diferente, como diz Geertz, é mais do que uma surpresa

empírica, é um desafio cultural, no mundo onde o aceitável é o que é comum. A familiaridade nos cega, segundo o autor, quando ficamos imersos no cotidiano.

Quando pensamos no episódio “Candelária”, observamos que a realidade construída pelo jornal **O Globo** a respeito de menores de rua teria de ser diferente, pelo menos desta vez. Aqueles que eram sempre tratados como marginais e naturalizados por questões de senso comum, como parte excluída da sociedade (e nessa categoria excluído também do discurso dos jornais), sofrem um crime violento praticado por policiais a mando de “pessoas de bem” (percepção naturalizada pelo senso comum). O **Globo** constrói uma argumentação de causa e efeito entre os meninos de rua e razões sociais possíveis de gerar a chacina. As primeiras reportagens tendem a relatar a investigação sobre o fato, considerando questões primordiais referentes aos direitos humanos.

Em defesa às vítimas, os títulos do jornal declaram: “*Protetores de crianças culpam políticos e governos*”, “*A culpa é da indústria do menor*”, “*Itamar quer recolher menores das ruas*”, “*Justiça critica investigação policial*”⁶. Mas quando esse assunto vai se esgotando para o jornal, os menores voltam a ser chamados de “pivetes”.

Depois de um ano, no entanto, o jornal anuncia: “*Candelária, um símbolo do medo*”⁷. A matéria procura retratar as condições dos menores que continuam dormindo nas proximidades da igreja e destaca o trauma e o medo que ainda sentem. A Candelária passa a significar a proximidade da morte. Uma entrevista com um sobrevivente da chacina, identificado como “B”, é particularizada no texto:

“Faz parte do grupo o único sobrevivente da chacina (...). B., 19 anos, um dos líderes do grupo de 72 crianças e adolescentes que dormia amontoados por volta de 1h da madrugada de 23 de julho, a hora do massacre.”⁸

E continua descrevendo “B”:

“Homossexual, “mãe” de diversos meninos de rua, B. anda pela rua sem qualquer segurança – assim como outras testemunhas da chacina - e sente saudades dos “bons tempos” em que morava na Candelária.”

É fácil perceber a forma como o repórter tipifica o menor na sua narrativa: alguém que é líder de um grupo que dorme amontoados, homossexual e “mãe” de outros meninos. As descrições valorativas

já começam a marcar o lugar original da desordem pública imaginada pela sociedade, a qual pertencem esses “menores de rua”. Não por acaso o repórter fala da convicção de B. em saber que qualquer dia algum anônimo, como os outros, irá voltar para matá-lo. Provavelmente, inclusive, o B. citado pelo repórter possa ser Bilinha, o rapaz assassinado seis anos depois da chacina em frente à Candelária, como uma espécie de conclusão do crime cometido anteriormente.

Mais adiante a matéria descreve, em uma retranca, a má conduta deste menor, o que seria motivo de ele estar perto da morte: “*Remanescente do grupo acumula inimigos*”. O texto começa com a frase: “B. está cada vez pior”. A constatação é do próprio produtor da notícia, que com seus próprios valores e a partir de sua apuração, sentenciar. E continua:

“Único sobrevivente da Candelária, ele acumula inimigos com uma impressionante facilidade. Há cerca de um mês, seu temperamento violento deu prejuízo ao dono de um carro estacionado em frente à igreja. Depois de cheirar cola durante mais de uma hora, B. se envolveu numa briga com outros menores e irado, estilhaçou o vidro lateral de um Fusca com uma cabeçada. O guardador, como sempre, nada pôde fazer – a não ser tentar explicar o inexplicável ao dono do carro.”⁹

Esse pequeno trecho mostra a preocupação em caracterizar a ação violenta do menor, capaz de estilhaçar o vidro de um carro com uma cabeçada. A matéria segue justificando o fato de B acumular inimigos com “uma impressionante facilidade”. São suas ações violentas e fora da ordem (cheirar cola durante uma hora, envolver-se em briga e estilhaçar o vidro com a cabeça, ações particularizadas num crescendo) que produzem seus inimigos. Assim, o jornal vai construindo o desfecho da trama, mesmo aquela que ainda não figura na notícia. O temperamento violento de B. o levará, certamente, à morte. A morte do menor, portanto, já está anunciada no texto – como possibilidade – antes mesmo de seu acontecimento.

Se a princípio a matéria tinha o objetivo de evidenciar o medo dos menores, como diz o título, este aspecto é diminuído pela narrativa, que busca mostrar, com seus argumentos modelados pelo senso comum, a vida dos meninos como “B”.

Em de agosto de 1993, uma semana após o assassinato dos menores, a narrativa sobre o medo é mais participativa da causa dos

menores. Talvez por ser muito próxima do acontecimento fundador, a descrição desses sujeitos não recebe rótulos significativos ou ironias pertencentes ao mundo do senso comum, como na matéria anterior. O título particulariza: "*Menores enfrentam noites de terror*". Tal como a anterior, o medo de os menores continuarem morando nas ruas quase não é abordado. Observa-se na narrativa o caráter denunciador perambulando por entre o texto. Mas nas descrições destaca-se a contradição: se inicialmente o objetivo é tratar do medo sentido pelos menores, em função da chacina, transmite para o leitor o mesmo sentimento quando narra, na maior parte do texto, a rotina de roubos, a divisão em gangues e a luta pela sobrevivência dos menores. Neste sentido, embora vítimas recentes da violência, aparecem como sujeitos transgressores e agentes do medo para a sociedade. O medo rapidamente troca de lugar.

Assim, o lead particulariza:

"Amedrontados desde a chacina da semana passada, os menores de rua evitam circular durante a noite e, quando o sol se esconde, se refugiam nos abrigos que eram evitados anteriormente. Exterminar é a palavra mais comum entre os menores de rua. 'Tombaram na Cinelândia, os exterminadores podem passar por aqui' - são frases comuns entre grupos espalhados na cidade. No entanto, o medo que chega com a noite não atrapalhou o dia-a-dia. Banho em chafariz, pedido de comida, briga entre turmas rivais, pequenos furtos - tudo continua na mesma".

Nesse pequeno trecho observa-se a construção de duas tipologias narrativas, pressupondo a possibilidade de repetição do mesmo acontecimento. Os verbos evitar e refugiar mostram as ações dos menores, como estratégias, diante da possibilidade da repetição do acontecimento: a chacina. Ao mesmo tempo, ao descrever o cotidiano dos menores – banho no chafariz, pedido de comida, brigas e furtos – permeado por ações que vão num crescendo, da sobrevivência a partir da ordem à sobrevivência a partir da desordem, inserem novamente a repetição como tema da reportagem. Em princípio, o fato de não ter se produzido a excepcionalidade – já que "tudo continua na mesma" – não induziria à produção da notícia. Mas é exatamente a repetição desse cotidiano que coloca em cena o medo. Se tudo continua na mesma, também permanece a possibilidade do retorno do acontecimento da semana anterior.

Ao longo do texto, uma coluna é separada em destaque na matéria, onde são listadas expressões usadas pelos menores. Este pequeno box representa claramente uma determinada tipificação dos menores infratores, que usam palavras específicas para caracterizar seu dia-a-dia.

Mas, embora a ênfase dada aos valores preconceituosos do senso comum seja menor na matéria mais próxima ao acontecimento, a diferença entre esta e a de 1994, anteriormente discutida, fica ainda mais evidente ao reproduzir a voz de uma autoridade que responde por esses menores. *"Segundo os educadores do Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Infância e Adolescência (...) uma das características mais comuns dos menores é se fixar em regiões comerciais, onde obtém alimentos com mais facilidade"*. A matéria se encerra com a fala da coordenadora do departamento de pesquisa:

- "Os grupos são mutantes e as crianças também. Tem épocas que roubam e cheiram cola e, de repente se afastam e apenas pedem dinheiro para conseguir comer. Por isso, é muito precipitado e incerto dizer que são futuros marginais. Hoje, o universo deles é tão pequeno que, no máximo, pensam em ser caminhoneiros e cabeleireiros - finaliza a coordenadora ¹⁰."

As marcas do senso comum são diminuídas por esta fala. Embora apareçam vitimizados pelo medo, ou pelo meio de sobrevivência social, a narrativa do jornal enfatiza a rotina de roubos, agressividades e badernas provocadas pelos menores, seja uma semana ou um ano depois do acontecimento. A maior diferença é que a com temporalidade próxima ao acontecimento, e que carrega o sentido de vítimas em lugar de culpados, cria espaços para crítica do leitor aos valores do senso comum, a partir de discursos introduzindo uma espécie de outro lado da história. Mas, com o passar do tempo, são as falas cristalizadas e os valores cotidianos que ganham novamente maior espaço nos jornais.

Em outra reportagem, do dia 21 de abril de 1996, marcada pelo julgamento dos policiais acusados, o que se destaca mais uma vez é a classificação dos menores como marginais e drogados. Sob o título "A nova geração de meninos de rua da Candelária", o jornal procura mostrar que, três anos após o episódio da chacina, o típico menino de rua que habita a Candelária não mudou.

“Olhar de Maluquinho. Menino maluco. Sob a chuva fina, ele corre entre os carros, enxuga o nariz com um gesto rápido e pára em frente à cruz de madeira. Está de bom humor. A “zoeira” do último “bagulho” (cigarro de maconha) já passou. Como se pudesse se defender do frio, sem blusa e sem sapatos, abraça o próprio corpo, encolhendo de tamanho até parecer ainda menor do que é, apesar de seus 15 anos. Maluco faz parte da nova geração de meninos e meninas da Candelária.”¹¹

No Box, a testemunha principal do crime, Wagner dos Santos, que embora exilado na Suíça comparece ao julgamento, é tratado, com pesar, como uma pessoa sem família e sem casa. O título dá maior ênfase ao “pobre rapaz”, que tem sonhos impossíveis, do que ao fato de estar exilado, correndo risco de vida por um crime que testemunhou. A primeira frase deste texto é significativa e dramática. *“Uma casinha, uma namorada. Uma família. Sonhos simples de um homem perto de completar 25 anos, que se acha velho demais. Ele fala pausadamente, numa gagueira adquirida depois da dramática noite da chacina da Candelária.”* Os desejos de Wagner contados dessa forma e todas as suas falas conhecidas nessa pequena entrevista representam o menor caracterizado, tipificado pela imprensa. E assim, as impressões do *fait divers* ganham maior espaço diante de um assunto de relevância para a sociedade.

Reconhecemos a partir destas análises a necessidade de separação do que faz parte de determinada ordem social, em contraponto ao que compõe o lugar de uma significativa desordem. Tais diferenças são garantidas pelas narrativas do cotidiano, que alimentam as idéias do senso comum.

Ordem e Desordem

O caso da chacina da Candelária, portanto, também está envolvido em um processo de construção da notícia. A morte dos menores narrada pela imprensa teve de ser encaixada em padrões de fazer jornalismo, tanto como atribuição técnica, quanto como incorporações de valores culturais e históricos que pertencem ao mundo midiático. E sob esta realidade midiaticizada existe uma divisão entre aquilo que é puro ou impuro, partindo essa escolha dos sentidos humanos. A pureza é o ideal, incita ordem, e a impureza é o abominado, precursor

da desordem. A desordem pode ser organizada se mudar de lugar e a ordem também pode tomar destino contrário. O desejado, o sonho, é sempre a ordem. Espera-se a ordem no lugar da desordem. Mas a desordem faz parte de nossa relação e processo de vida. A esperança em manter a ordem, portanto, pensando especificamente nas questões desse artigo, é tentar consolidar sempre um "receituário", onde se organizam os ingredientes do senso comum.

Para Zigmunt Bauman (1998), "o mundo dos que procuram a pureza é simplesmente pequeno demais para acomodá-los". Esse mundo não será suficiente para mudar a pureza para um outro lugar, sendo necessário queimá-las, envenená-las, despedaçá-las, passá-las a fio de espada. E continua: "Mais frequentemente, estas são coisas móveis, coisas que não se cravarão no lugar que lhes é designado, que trocam de lugar por sua livre vontade. A dificuldade com essas coisas é que elas cruzarão as fronteiras, convidadas ou não a isso".

Para ele, as pessoas controlam a sua própria localização, zombam, assim, dos esforços dos que procuram a pureza para colocarem as coisas em seu lugar e, afinal, revelam a incurável fraqueza e instabilidade de todas as acomodações. E Bauman enfatiza essa relação afirmando que os impuros (como baratas, moscas, aranhas ou camundongos), em momento algum, "podem resolver partilhar um lar com os seus moradores legais (e humanos) sem pedir permissão aos donos, são por esse motivo, sempre e potencialmente, hóspedes não convidados, que podem, desse modo, ser incorporados a qualquer imaginável esquema de pureza" (Bauman, 1998: 14-15).

Seguindo a lógica do pensamento de Zigmunt Bauman a partir das idéias de Mary Douglas, há que incorporar ao acontecimento "Chacina da Candelária", os desdobramentos desta reflexão. As crianças da Candelária mudam de lugar – de marginais a vítimas da violência –, ganhando outro enfoque nas matérias de **O Globo**. Os principais suspeitos e réus confessos não são mais os que ocupam lugar da desordem, mas aqueles que deveriam lhes defender e que foram treinados para manter tal organização. A polícia do Rio de Janeiro passa a ser a maior referência do acontecimento no mo-

mento imediato em que é narrado o fato. As matérias evidenciam com espanto o fato de o crime ter sido cometido por aqueles que, em princípio, teriam os pés fincados no lugar da ordem. Os títulos são reveladores: "Policiais são suspeitos da Chacina da Candelária", "Presos três PMS suspeitos da chacina de 7 menos na Candelária",¹² "Identificados 3 PMS chacinadores",¹³ "Chacina tem mais suspeitos, todos PMS".¹⁴

Essa troca de referência do olhar que organiza o mundo em torno de modelos de pureza se torna ambígua. O mundo seguro e armado não se vê livre de criticar o que considera modelo de ordem. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a imprensa tende, como já comentamos, a abordar a ordem, cria neste momento espaço para o olhar de estranheza. Bauman diz que a ordem só apresenta uma qualidade saudável por ser evidente e aceita sem muito esforço de reflexão. Assim, para o autor, torna-se uma situação despreocupante até que alguém imponha dúvidas, questione seus fundamentos ou demonstre suas esquizofrenias. Então, é neste sentido que Bauman fala sobre as questões de estranhamento, pois, segundo ele, a chegada de um estranho causa um terremoto. E termina a reflexão, enfatizando a questão do estranhamento do cotidiano: "o estranho despedaça a rocha sobre a qual repousa a vida diária."

O jornal **O Globo** teve papel fundamental para ressaltar o espanto sobre a participação da polícia no crime. "Os PMS chacinadores", como assinala o título de uma das matérias da primeira semana, foram o alvo principal. Mas além da classificação "chacinadores", que é usada para aqueles policiais especificamente, os acusados do crime não recebem muitos estereótipos no texto, em comparação ao que acontece com a classe impura de "menores de rua", muitas vezes chamados de "marginais".

Ao mesmo tempo, outra questão contraditória pode ser reconhecida neste episódio. Havia muitos comentários na época a respeito do envolvimento de comerciantes da redondeza da Candelária que queriam varrer os menores que perambulavam por ali, cometendo infrações. E inclusive, algumas vozes narradas pela revista **Isto É** demonstram satisfação com a morte dos menores pela população

do Rio de Janeiro. **O Globo** não comenta o assunto. Apenas três matérias se aproximam desta possibilidade. A publicada em 30 de julho daquele ano particulariza a suspeita do procurador geral da defensoria pública, achando que o risco que os policiais correram só seria válido se houvesse envolvimento de dinheiro.¹⁵ A matéria revela uma suspeita que aparece três anos antes: a esposa de um policial que havia sido atropelada ao fugir de um dos menores que queria assaltá-la teria desencadeado a vingança.¹⁶ E a terceira, mais significativa, publicada semanas depois da chacina, "*Matar um menor pode custar CR\$1 milhão*",¹⁷ começa com a declaração de ex-policiais confirmando o extermínio como "um serviço encomendado". Esta aparente denúncia da existência de um grupo de extermínio é justificada na mesma cobertura em uma matéria secundária que enfatiza: "*A cada meia hora, um furto no Centro*". No desenvolvimento do texto o delegado da 3ª Delegacia de Polícia (bairro do Castelo), enfatiza: "(...) *O problema é social e não se pode ter ilusões de que medidas extremadas possam resolver o problema. Enquanto persistir tamanha desigualdade, o problema continuará.*"

Neste pequeno exemplo, podem-se observar as vozes discordantes existentes numa mesma narrativa jornalística. Enquanto o título – "*A cada meia hora, um furto no Centro*" – apresenta-se como uma espécie de justificativa para a existência do grupo de extermínio, no interior do texto uma outra voz apresenta a questão como sendo fruto da desigualdade social.

De modo geral, podemos perceber que os "desejáveis de morte", e responsáveis pela desordem, como enxergam os portadores de senso comum, ainda que vítimas de um crime violento, não são completamente absolvidos. Aqueles que freqüentemente são abordados por supostos moradores de rua, crianças e adolescentes que assaltam para sobreviver, não se conformam em vê-los ao seu lado, pois na sua memória estes são seres da impureza. E não é por acaso que uma das primeiras reportagens sobre o crime enfatiza: "*Menores mortos em operação limpeza*".¹⁸

Sobre esta impureza, Bauman afirma que a sujeira desafia os propósitos e esforços de organização. O autor comenta que as pessoas

investem freneticamente suas forças na separação, confinamento, no exílio ou na própria destruição dos estranhos e os compara a animais nocivos e bactérias. Bauman não se surpreende que tais pessoas comparem suas intenções e ações a rotinas higiênicas. E demonstra seu argumento a partir de uma afirmação valiosa para a discussão que propomos: "combateram os estranhos, convencidos de que protegiam a saúde contra os portadores de doença." (Bauman, op.cit.)

Os termos que usa Bauman, como "animais nocivos", "bactérias", faz-nos também lembrar dos estigmas usados para caracterizar os tipos de pessoas. Estes não são muito diferentes dos usados pelos jornais para falar geralmente dos "meninos de rua", "marginais" ou "pivetes". O estigma é esse tipo de marca negativa associada a determinados grupos ou pessoas que passam a carregar esses traços de negatividade, cristalizados pelo discurso narrativo.¹⁹

Como a organização narrativa da imprensa de modo geral parte de questões do senso comum, essas marcas são naturalizadas. No entanto, embora exista toda essa relação sobre os esquemas de narrativa dos acontecimentos produzidos pela imprensa (sua autoridade, técnicas de narrativa, compromisso com objetividade, relação com a memória) e embora haja o sonho da ordem e uma arrumação hermenêutica do acontecimento a partir dos conceitos cotidianos apenas experimentados e naturalizados na vida, a construção da realidade não é apenas dada ou ordenada. Existe uma luta para que permaneça o fluxo dos acontecimentos no tempo: uma luta por hegemonia. Embora na forma narrativa hegemônica da imprensa as identidades pareçam fixas, não são, pois fazem parte de um fluxo em constante mudança. Sabemos também que no mundo da representação tudo se constrói a partir de um jogo de disputa pela significação, localizado na arena do discurso.

Se as identidades não são fixas, fazendo parte de um fluxo de constante mudança, como algumas categorias vêm sendo preservadas na arena do discurso narrativo, como práticas herdadas dentro do sistema cultural de que fala Geertz?

Stuart Hall trabalha com as questões de luta e poder cultural a partir do conceito de ideologia. Para Hall, as classes sociais usam

a ideologia para dar sentido ou funcionamento às suas vidas (Hall, 2003: 267). Este senso comum ideológico pode ser pensado na forma de instrumento cultural que se manifesta na disputa por significação das classes no espaço onde o discurso se apresenta. Para entender as questões de luta ideológica e chegar a uma resposta para nossa pergunta anterior, precisamos primeiro pensar sobre a teoria do signo ideológico de Bakhtin, assim como fez Hall. Para Mikhail Bakhtin, além das questões da herança da fala, como a polifonia (Bakhtin, 1992: 314) que mantém harmonicamente, em um elo de cadeia, vozes dos discursos dialogando com outros discursos e sendo reconstruídos sempre como heranças da fala, foi mais valioso para Hall pensar que todo signo é ideológico e que o *dialogismo* (elos em cadeia) é o que faz as vozes interagirem no interior do texto, gerando significados e novos valores.

A partir dessa visão, Hall propõe reflexões acerca da importância da arena de conflito, onde aparecem lutas de resistência, batalhas por significar. Se todo signo é ideológico, como afirma Bakhtin, a ideologia é uma luta pela significação. Portanto, nas narrativas, onde tais significações emergem como embates, há um lugar de visibilidade por esses jogos de força e poder. O discurso narrativo, portanto, é uma arena ideológica, no qual se apresenta também a produção de hegemonia (levando-se em conta que toda hegemonia pressupõe a contra hegemonia), deslocada no fluxo dos acontecimentos.

Neste sentido, como aponta Stuart Hall, o conceito de dialogismo recuperou e ampliou os limites da contradição dialética e da razão dualista ao oferecer uma interpretação ampliada e múltipla dos sentidos (Hall, op.cit.: 235). A rigor, a ampliação da questão da dominação já tinha sido operada pelo pensamento de Antonio Gramsci, ao conceber a idéia de hegemonia sempre a partir de um duplo, ou seja, visualizando as ações contra-hegemônicas. A luta por hegemonia é, portanto, uma luta de e pelo poder, mas é também uma questão de resistência cultural (Thompson, 1961, 1976).

Para Hall, a idéia de dialogismo amplia a dialética do pensamento gramsciano. O princípio dialógico de Bakhtin propõe o

sentido de que a natureza das coisas se transforma a partir de um elo de cadeias tanto das coisas passadas, como das futuras, em um presente que é único no tempo. Este presente é construído pelo conflito de múltiplas realidades, não apenas dialéticas, mas dialógicas.

Assim, o discurso do jornal **O Globo** a respeito da chacina da Candelária tende a ser hegemônico por escolha de seu público alvo, cristalizações de valores e outras lógicas técnicas de construir narrativa, como a questão da autoridade da fala. A relação destes discursos com a realidade dialógica não muda o curso desta lógica construtivista de estereótipos e valores pré-definidos. Pela lógica dialética, percebe-se que o jornal constrói a partir de suas narrativas, múltiplos valores em constante luta. Mas, mesmo existindo conflitos de hegemonia, o jornal **O Globo** vai se referir aos menores mortos na chacina como “meninos de rua”, “pivetes” ou “marginais”. Esses estigmas são carregados no tempo pelo discurso dialógico que permite a prevalência de um discurso hegemônico.

Uma matéria sobre os menores moradores das proximidades da Candelária, um ano antes da chacina, ajuda a perceber as questões discutidas anteriormente. No dia 2 de setembro de 1992, o jornal **O Globo** noticiou uma suposta tentativa de assalto a turistas sul-africanos que visitavam a catedral. O título enfatizava: “Pivetes sitiavam turistas na Candelária”, para, em seguida, o lide particularizar a ação, destacando a violência através de palavras como “cercados”, “encurralados”. Ao mesmo tempo eles foram retirados pela ação de “sitiar” a Candelária, transformando tudo num “pesadelo”:

Trinta e cinco turistas sul-africanos, de férias pela primeira vez no Rio, foram cercados por 30 pivetes ontem de manhã durante uma visita à igreja da Candelária, no Centro. Vários Turistas acabaram encurralados na sacristia da igreja, invadida pelos pivetes que sitiaram a Candelária, à espera de uma chance de assaltar os sul-africanos. O pesadelo só acabou com a chegada de PMs, que escoltaram o grupo até o ônibus da empresa de turismo Club Med.²⁰ (Grifos nossos)

Os menores expostos nessa matéria como “pivetes” reforçam o discurso hegemônico estereotipado. Este reaparece outra vez na narrativa quando o guia turístico que acompanhava os sul-africanos

declara: "os turistas ficam apavorados. Coloquei todos eles para dentro da igreja. Mesmo assim, a situação ficou difícil porque o grupo de pivetes aumentou – explicou Armando Bandeira".²¹ Fica claro aqui que a voz do jornal é a mesma voz do declarante.

Ao longo da matéria cria-se um clima de tensão, onde os menores passam a ocupar o lugar de vilões perigosos:

"A situação ficou pior para os turistas que estavam dentro da igreja. Os pivetes cercaram a Candelária e se postaram nas portas. Apavorados, os sul-africanos decidiram ficar na sacristia. O grupo de pivetes entrou e houve um tumulto dentro da igreja. Um funcionário da Candelária chegou a trocar socos com dois menores. A solução foi seguir para o altar que estava sendo preparado para uma missa às 11h. Os pivetes invadiram o altar também, o que obrigou o padre Arnaldo Moreira Silva a adiar a missa. Os menores chegaram a falar no microfone da Candelária. Para o grupo de turistas sair da igreja foi preciso pedir ajuda ao 5ºBPM".

A narrativa continua particularizando a ação dos "pivetes" como sendo de completa exceção. Eles não só cercaram a igreja, como impediram a saída dos turistas. Por outro lado, apela a valores duais: de um lado os menores infratores, de outro os turistas indefesos. De um lado, o padre que é obrigado a adiar a missa. E de outro, o grupo que sobe ao altar e fala ao microfone. De um lado, a ordem e de outro a desordem.

Observa-se também que na narrativa do jornal as vozes dos menores e de instituições que os representam são completamente apagadas. Apenas se sabe nesta matéria que menores "pivetes" tentaram assaltar turistas, criando um clima de tensão. A causa e motivo da atitude dos menores ou suas próprias falas não são informadas. Portanto, é o discurso hegemônico que prevalece. É sob a forma hegemônica do discurso que estes menores ficam conhecidos cotidianamente como pivetes ou marginais. Além do mais, a narrativa dá a entender a separação entre o sagrado e o profano, a divisão entre o puro e o impuro, principalmente quando o impuro, o "pivete", profana o espaço sagrado, a "igreja", a "sacristia", o "altar".

O jornal não se interessa pela fala contrária e, assim, seu discurso tende sempre a anular as contradições. O prejuízo da agência que levava os turistas para conhecer a catedral do Rio "por conta da violência" é mais importante do que as condições dos menores. A

agência de turismo, a igreja, a polícia ou a imprensa tentam, assim, isolar esses personagens na tentativa de não contaminar aqueles que ocupam o lugar da ordem.

Essas falas cotidianamente caladas aparecem nas matérias da chacina em 1993, quando os “pivetes” trocam de lugar na luta hegemônica, passando a ser vítimas da ordem.: “Mães procuram os filhos”;²² “Pesquisas que provam que meninos não gostam das ruas”.²³ Os menores só ganham lugar neste momento, onde os sobreviventes, frente a um crime que foge aos padrões e choca a população, passam a ser peças-chaves para entender o acontecimento.

As falas do padre e do guia turístico na matéria em que trinta “pivetes” abordam turistas para assaltar são usadas para reiterar a voz do jornalista. Ao mesmo tempo, ao contrário, vozes como a do presidente Itamar Franco na época da chacina (“Estou horrorizado com o crime”²⁴) criam a chance de tentar comover os leitores. Governador, vereadores, secretários de segurança, estudantes, o Papa, todos se manifestam em defesa dos menores e contra o crime, e todos ganham lugar nas edições do jornal **O Globo**.

A matéria de 1992 afirma o assalto e reproduz no texto a fala do então cardeal arcebispo da cidade, Dom Eugênio Salles:

O assalto na Catedral Metropolitana e o cerco aos turistas sul-africanos por menores infratores na Igreja da Candelária revelam o clima de violência na cidade, segundo o cardeal-arcebispo (...) – É difícil, mas continuaremos a fazer o bem, apesar dos obstáculos – disse o cardeal. Dom Eugênio informou que já pediu à Pastoral do Menor que atue junto ao grupo de meninos e meninas que vagueiam nas mediações da Igreja da candelária ²⁵.

Em 1993, sete dias após o acontecimento da chacina, **O Globo** noticia: “Cardeal lembra Herodes e pede punição”. O lead diz:

*A poucos metros do local onde oito menores de rua foram chacinados na sexta-feira passada, o cardeal-arcebispo do Rio, dom Eugênio Salles rezou ontem a missa de sétimo dia pelas vítimas da chacina. Na homilia, dom Eugênio lembrou Herodes, o rei dos judeus que mandou matar todas as crianças para eliminar o Rei dos Reis. O cardeal pediu punição dos culpados e disse que a Pastoral do Menor está acompanhando as investigações.*²⁶

Estes dois relatos reproduzindo a fala de um mesmo personagem, o cardeal arcebispo do Rio, servem para pensar em uma outra instância importante na construção narrativa do jornal: a

memória. Trata-se de uma instância de mediação fundamental, pois se encontra em uma relação de lembrança e esquecimento operada coletivamente pelos sujeitos, envolvendo a produção de presentes, ou seja, de fatos sociais que permitem uma atualização, realizada por profissionais (no caso os jornalistas) portadores também de suas próprias histórias e culturas organizadas em comunidade.

Bibliografia

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*, São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- BARBOSA, Rosilene et alii. *Da violência contra o "menor" ao extermínio de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro, Nepi-CBIA, 1991;
- BARTHES, Roland. *Aventuras Semiológicas*, São Paulo, Perspectiva, 1989.
- _____. *Crítica e Verdade*, São Paulo, Perspectiva, 1999.
- BAKHTIN, Michael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- BAUMAN, Zigmunt, *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998
- BERGER, Peter e LUKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1989.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo, Unicamp, 1997.
- COIMBRA, Cecília, *Operação Rio, omito das classes perigosas*, Rio de Janeiro, Intertexto, 2001.
- DEJAVITE, Fábila Angélica. "Jornalismo: identidades e discursos", IN: *Estudos de Jornalismo I*. Campo Grande, INTERCOM, 2001.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1969.
- DUARTE, Maurício da Silva, *Cidadania Obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Comunicação, UFRJ, 2003.
- GEERTZ, Clifford. "O senso comum como um sistema cultural". In: *O Saber Local*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- HERINGER, Rosana Rodrigues. *Extermínio de crianças e adolescentes no Brasil: construção e análise de uma categoria social*. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, 1997

- HOBBSAWM, E.J, *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zaar Editores, 1978.
- MEDEIROS, Mariângela. *Rua dos meninos: emoções e esperanças na luta diária pela sobrevivência*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1992
- MOUILLAUD, Maurice, *O jornal: da forma ao sentido*, UNB, Brasília, 2002
- NEVEU e QUÉRÉ, Érik e Louis ». In : *Reseaux: Communication Technologie Société* Dossier: Le Temps de L'événement I, nº 75, 1996, p. X-y.
- QUÉRÉ, Louis, "Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento". In: *Revista Trajectos*. Lisboa: ISTCE e Editorial Notícias, número 6, 2005.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "Bakhtin e o Conceito de Polifonia". In: *A História do seu tempo*. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em Comunicação/ UFRJ, 1995.
- RODRIGUES, Adriano, *Comunicação e Linguagem, O acontecimento*. Adriano Duarte Rodrigues, CECL, 1988
- RONDELLI, Elizabeth. "*O Discurso da Mídia sobre Violência*". IN: *Linguagens da Violência*, Rio de Janeiro, Rocco, 2000.
- SERRA, Antônio. *O Desvio de cada dia. A representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.
- SCHLESINGER, P. In TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, Teorias, Estórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- SILVA, Hélio e MILITO, Cláudia. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995; ALVIM,
- SODRÉ, Muniz, *Sociedade, mídia e violência*, Porto Alegre, Sulina, 2002.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999, dentre outros.

Notas

- ¹ Matéria do jornal O Globo, dia 24 de junho de 1993, editoria Rio, p. 6.
- ² Mesmo reconhecendo o caráter polissêmico da expressão, entendemos Modernidade como A. Giddens: algo que, historicamente, se refere a "estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência" (1991,p.11).
- ³ O seqüestro do ônibus 174 aconteceu no dia 12 de junho de 2000, quando um dos sobreviventes da chacina da Candelária, Sandro Nascimento, resolveu seqüestrar um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro. As cenas do seqüestro, que levou a morte de uma refém e de Sandro, foram transmitidas ao vivo durante aproximadamente seis horas, pelo canal de TV fechada, Globo News. Este episódio inclusive, gerou a realização de um filme/documentário, o "ônibus 174", dirigido por José Padilha.